

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

4º trimestre de 2025

Outubro

Novembro

Dezembro

Florianópolis, Janeiro de 2026



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
- IPREV-SC

Mauro Luiz de Oliveira
Presidente

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Liamara Meneguetti
Diretora de Previdência

Gustavo de Lima Tengan
Diretor Jurídico

Yuri Carione Engelke
Diretor de Investimentos

Rodrigo Guilherme Quint
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade

Humberto Dias Filho
Gerente de Apoio Operacional

Daniel André Noebauer
Gerente de Gestão de Pessoas

Décio Woll Regis
Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Gerson Luiz da Cruz
Gerente de Pensões

Adriana Lemser Dias
Gerente de Inativos

Simone Araujo Butemberg
Gerente de Diligências

Cristine Daniela Rachor Panzenhagen
Gerente de Atendimento

Beatriz Aly Rafaelli
Gerente de Compensação Previdenciária

Alex dos Santos
Gerência de Folha de Pagamento

Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
Gerente do Contencioso Administrativo

Marcelo de Oliveira Ganzo
Gerente de Contencioso Judicial

Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
Gerente de Avaliação e Cálculo

Jean Jacques Dressel Braun
Gerente de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa
Gerente de Riscos

Equipe Técnica:

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Dirnéle Carneiro Garcez
Especialista em Gestão de Processos EPROC-SEPLAN



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 01** PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV-SC
- 02** UNIDADE GESTORA
- 03** SC SEGURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
- 04** SC FUTURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
- 05** MILITARES - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
- 06** EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL
- 07** GESTÃO DE INVESTIMENTOS
- 08** ÓRGÃOS COLEGIADOS
- 09** ATIVIDADES INSTITUCIONAIS
- 10** CANAIS DE ATENDIMENTO
- 11** OUVIDORIA

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Governança Corporativa do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV-SC), referente ao quarto trimestre de 2025, tem como finalidade apresentar, de forma sistematizada, transparente e objetiva, as principais ações, resultados e indicadores relacionados à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, no período de outubro a dezembro de 2025.

Este relatório configura-se como um instrumento técnico de prestação de contas e de transparência institucional, destinado aos segurados, beneficiários, órgãos de controle e à sociedade catarinense. Seu propósito é consolidar a cultura de governança pública, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade institucional e para a evolução contínua da gestão previdenciária estadual, em alinhamento aos princípios de eficiência, integridade e responsabilidade na administração pública.

A elaboração deste documento está fundamentada nos princípios da Governança Corporativa, sejam eles:

- I) **Transparência:** assegurar o acesso a informações relevantes, de forma clara, tempestiva e acessível;
- II) **Equidade:** promover o tratamento justo e isonômico a todos os públicos de interesse;
- III) **Prestação de contas (*accountability*):** responsabilização pelos atos de gestão e pelos seus resultados;
- IV) **Responsabilidade corporativa e social:** consideração dos impactos das decisões institucionais sobre a sociedade e o equilíbrio do RPPS.

A metodologia adotada contempla a consolidação de dados provenientes dos sistemas corporativos e das unidades técnico-administrativas do IPREV-SC, que incluem informações das áreas de benefícios, arrecadação, investimentos, contabilidade, atuária, *compliance* e controle interno. O conteúdo está alinhado às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), coordenado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, e à legislação previdenciária aplicável no âmbito federal e estadual.

Ao apresentar os resultados do quarto trimestre de 2025, este relatório reafirma o compromisso do IPREV-SC com a boa governança, a sustentabilidade do regime previdenciário e a excelência na prestação dos serviços públicos, em consonância com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

1. PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV-SC

1.1 Histórico institucional

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV-SC) é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Administração e reestruturada por meio da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008, com a finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

Sua origem remonta ao antigo Montepio de Seguridade dos Servidores Estaduais (fundado em 1909), de caráter assistencial. Ao longo de sua evolução institucional, destacam-se marcos legais como a Lei nº 3.138, de 1962, que reorganizou o sistema previdenciário estadual, e a Lei Complementar nº 129, de 1994, que atualizou suas disposições.

A partir da Emenda Constitucional nº 20/1998, o Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina passou a operar sob o formato contributivo, com base no equilíbrio financeiro e atuarial. Reformas posteriores, por meio das Leis Complementares nº 266/2004, nº 412/2008 e nº 662/2015 e nº 773/2021, consolidaram sua estrutura atual e adaptaram seu modelo de gestão às exigências normativas federais e estaduais.

No presente, o referido instituto é responsável pela concessão, manutenção e revisão dos benefícios previdenciários dos servidores públicos civis do Poder Executivo e de seus dependentes.

1.2 Segregação das massas previdenciárias

Os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) estão vinculados a dois fundos previdenciários distintos e em operação: o SC Seguro, estruturado sob o regime de repartição simples, que abrange os servidores com ingresso até 31 de dezembro de 2023; e o SC Futuro, instituído sob o regime de capitalização, direcionado aos servidores que passaram a integrar o quadro estadual a partir de 1º de janeiro de 2024.

1.3 Identidade institucional

1.3.1 Missão

"Promover, implementar e executar políticas de benefícios previdenciários aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina e seus dependentes, com responsabilidade social, de forma célere, sustentável, equilibrada, solidária e contributiva entre os segurados".

Essa missão reflete o compromisso do IPREV-SC com a boa governança, a proteção dos direitos previdenciários e a excelência na gestão pública.

1.3.2 Visão

"Conceder e pagar, de forma equânime, os benefícios previdenciários de todos os poderes e órgãos, com recursos das contribuições previdenciárias e outros ativos geradores de renda".

1.3.3 Valores

"Comprometimento, Responsabilidade, Legalidade, Segurança, Confiança, Celeridade, Ética e Transparência".

1.4. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Instituto é composta por 27 unidades administrativas, distribuídas entre dezesseis gerências, quatro diretorias, duas coordenações e duas assessorias, além do Gabinete da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que integram os níveis estratégicos e superiores da gestão institucional, conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Identificação das diretorias, gerências e setores e suas respectivas atribuições.

SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
CONAD	Conselho	Conselho de Administração	Responsável pelas deliberações e decisões estratégicas	Presidente do Conselho de Administração	Julie Anne Saut
COFIS	Conselho	Conselho Fiscal	Responsável pela fiscalização dos atos dos administradores	Presidente do Conselho Fiscal	Marcos Felipe
Gabinete da Presidência	Presidência	Presidência do IPREV-SC	Responsável pela representação, execução das políticas e consecução dos objetivos da autarquia	Presidente do IPREV-SC	Mauro Luiz de Oliveira
ASCOM	Assessoria	Assessoria de Comunicação	Responsável pela comunicação interna e externa	Assessor de Comunicação	Fernando Kleis
CIOUV	Coordenação	Coordenação de Controle Interno e Ouvidoria	Responsável pelo controle interno e pela ouvidoria	Coordenadora de Controle Interno e Ouvidoria	Dagmar Diana Fava
-	Assessoria	Assessoria da Presidência do IPREV	Assessora diretamente a Presidência em suas decisões e atividades	Assessor do Presidente	Ernesto Montibeler Filho
CORAFI	Coordenação	Coordenadoria de Auditoria e Fiscalização	Responsável pela auditoria e fiscalização das atividades	Coordenador de Auditoria e Fiscalização	Luciano Pascoal Schwalb
DIAD	Diretoria	Diretoria de Administração	Responsável pela administração geral	Diretor de Administração	Abelardo Osni Rocha Júnior

SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
GEAFC	Gerência	Gerência de Adm. de Finanças e Contabilidade	Responsável pela administração financeira e contábil	Gerente de Administração de Finanças e Contabilidade	Rodrigo Quint
GEAPO	Gerência	Gerência de Apoio Operacional	Presta apoio operacional às diversas áreas do IPREV	Gerente de Apoio Operacional	Humberto Dias Filho
GEPES	Gerência	Gerência de Gestão de Pessoas	Responsável pela gestão de pessoas	Gerente de Gestão de Pessoas	Daniel André Noebauer
GETIG	Gerência	Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	Responsável pela tecnologia da informação	Gerente de Tecnologia da Informação	Décio Woll Regis
GEPLA	Gerência	Gerência de Planejamento	Responsável pelo planejamento	Gerente de Planejamento	Rodrigo Nascimento Santiago
DIPR	Diretoria	Diretoria de Previdência	Responsável pela gestão dos benefícios previdenciários	Diretora de Previdência	Liamara Meneghetti
GEPEN	Gerência	Gerência de Pensões	Gerencia os benefícios de pensão	Gerente de Pensões	Gerson Luiz da Cruz
GERIN	Gerência	Gerência de Inativos	Gerencia os benefícios dos servidores inativos	Gerente de Inativos	Adriana Lemser Dias
GEDIL	Gerência	Gerência de Diligências	Realiza diligências e investigações	Gerente de Diligências	Simone Butemberg

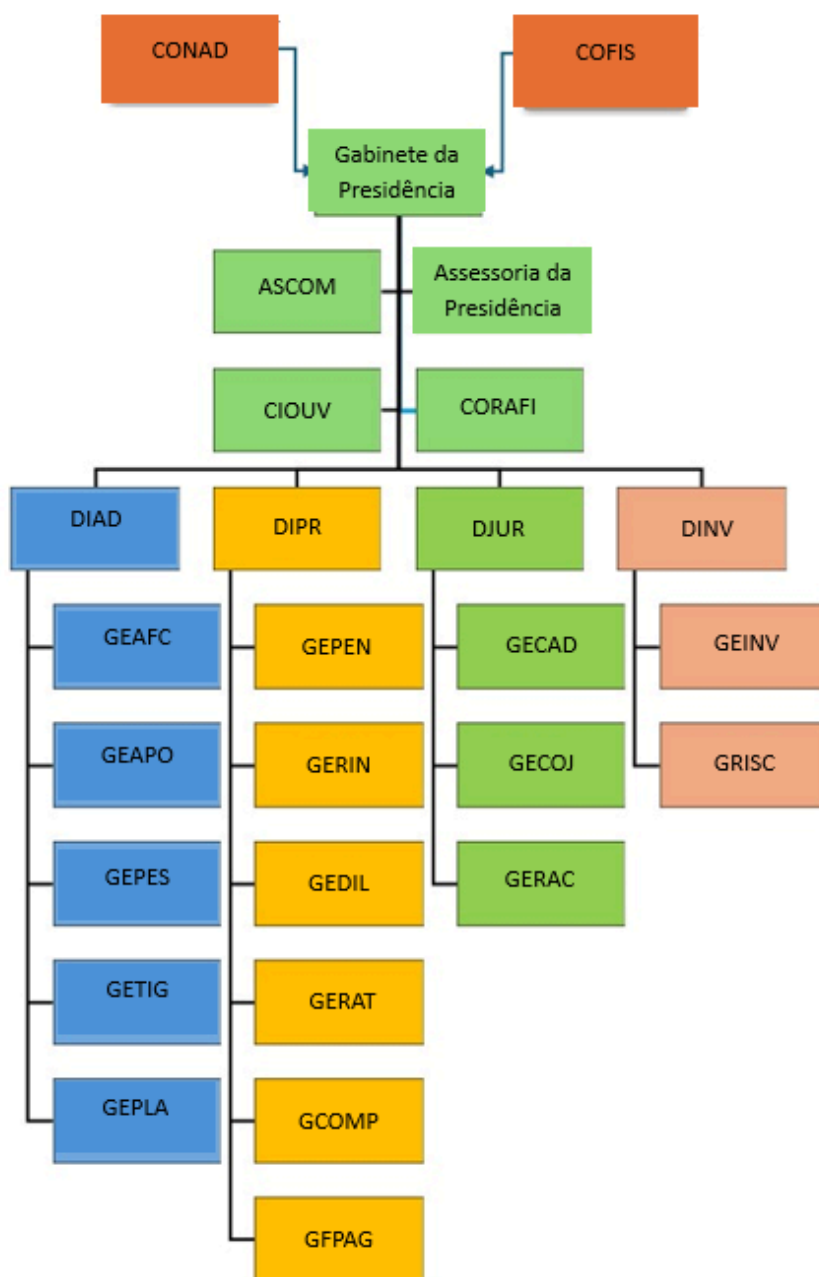
SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
GERAT	Gerência	Gerência de Atendimento	Responsável pelo atendimento aos segurados	Gerente de Atendimento	Cristine Panzenhagen
GCOMP	Gerência	Gerência de Compensação Previdenciária	Responsável pela compensação previdenciária	Gerente de Compensação Previdenciária	Beatriz Aly Rafaelli
GFPAG	Gerência	Gerência de Folha de Pagamento	Responsável pela folha de pagamento dos benefícios	Gerente de Folha de Pagamento	Alex dos Santos
DJUR	Diretoria	Diretoria Jurídica	Responsável pelos assuntos jurídicos	Diretor Jurídico	Gustavo de Lima Tenguan
GECAD	Gerência	Gerência do Contencioso Administrativo	Responsável pelo contencioso administrativo	Gerente do Contencioso Administrativo	Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
GECOJ	Gerência	Gerência do Contencioso Judicial	Responsável pelo contencioso judicial	Gerente do Contencioso Judicial	Marcelo de Oliveira Ganzo
GERAC	Gerência	Gerência de Avaliação e Cálculo	Responsável pela avaliação e cálculo dos benefícios	Gerente de Avaliação e Cálculo	Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
DINV	Diretoria	Diretoria de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos	Diretor de Investimentos	Yuri Carione Engelke
GEINV	Gerência	Gerência de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos do RPPS	Gerente de Investimentos	Jean Jacques Dressel Braun
GRISC	Gerência	Gerência de Riscos	Responsável pela gestão de riscos	Gerente de Riscos	Aliceana de Andrade Graciosa

Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

A Figura 1 apresenta o organograma da estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), representando de forma hierárquica e funcional a disposição das unidades administrativas que compõem a autarquia. O diagrama evidencia os níveis de governança e gestão, destacando os órgãos colegiados superiores - Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (COFIS), o Gabinete e a Assessoria da Presidência, as diretorias finalísticas e de suporte e suas respectivas gerências vinculadas.

Essa representação visual tem como objetivo proporcionar clareza quanto à estrutura de comando, coordenação e apoio técnico, refletindo a organização interna necessária à execução das atividades institucionais e previdenciárias do IPREV.

Figura 1 - Organograma Estrutura Organizacional



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

2. UNIDADE GESTORA

A Unidade Gestora 470022, correspondente ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), é responsável pela administração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS/SC), assegurando a aplicação adequada das contribuições previdenciárias e a sustentabilidade financeira e atuarial do fundo previdenciário estadual.

Entre suas principais competências, destacam-se o recebimento e controle das contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas; o registro, acompanhamento e execução das receitas e despesas vinculadas ao RPPS; a gestão dos investimentos, em conformidade com a legislação e com a Política de Investimentos vigente; além do apoio técnico à avaliação atuarial, visando garantir o equilíbrio financeiro e a solvência de longo prazo do regime.

2.1. Despesas

Na tabela 2 estão detalhadas as despesas da unidade gestora do RPPS/SC no quarto trimestre de 2025.

Tabela 2 – Despesas vinculadas à unidade gestora do RPPS/SC no quarto trimestre de 2025.

Natureza da despesa ¹	2025		
	Outubro	Novembro	Dezembro
Custeio	664.786,35	715.465,79	680.659,31
Folha	2.483.577,51	2.501.985,60	5.239.184,74
Investimentos	5.127,00	-	121.720,00
PASEP	116.481,27	116.481,27	116.481,27
Total	3.269.972,13	3.333.932,66	6.158.045,32

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

¹ Os valores representantes da folha são aqueles contidos na subação 669 (Adm. de pessoal e encargos); do PASEP da subação 13006 (Encargos com PASEP). Os valores referentes aos investimentos pertencem à categoria econômica de despesa de capital (44), as demais despesas correspondem ao custeio.

2.2 Receitas

2.2.1 Taxa de Administração

A taxa de administração consiste em recurso previdenciário vinculado, destinado ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à manutenção, organização e funcionamento da Unidade Gestora do RPPS, conforme estabelece o inciso XXVII do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 412/2008.

Trata-se de instrumento essencial para a garantia da autonomia financeira e administrativa da unidade gestora. Entre suas aplicações, destacam-se o pagamento de pessoal e encargos administrativos, a manutenção de sistemas de tecnologia da informação para controle de contribuições, benefícios e investimentos, além de auditorias, consultorias atuariais e jurídicas.

2.2.2 Valores da taxa de administração

Os valores mensais da taxa de administração, referentes a cada poder ou órgão independente no exercício de 2025, estão apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Valores mensais da taxa de administração no exercício de 2025.

Poder/Órgão independente	Valor
Executivo	R\$6.751.214,78
Alesc	R\$279.911,64
MPSC	R\$544.583,37
TJSC	R\$1.705.332,85
TCE	R\$206.295,36
Militares	R\$2.160.788,99
Total	R\$11.648.126,99

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

3. SC SEGURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Os quantitativos mensais de segurados ativos, inativos e pensionistas serão apresentados de acordo com cada Poder ou órgão independente e o respectivo regime previdenciário.

O SC Seguro - fundo criado pela Lei Complementar Estadual nº 412/2008, que o instituiu em sucessão ao antigo Fundo Financeiro e lhe conferiu a denominação atual - constitui o fundo previdenciário em regime de repartição simples do Estado de Santa Catarina, responsável pelo custeio dos benefícios de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023.

3.1 Quantitativo de segurados

Em razão de sua abrangência temporal, o SC Seguro concentra a maior parte da massa previdenciária atualmente sob responsabilidade do IPREV-SC. A composição detalhada desses beneficiários, no quarto trimestre de 2025, está disposta nas tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 4 – Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro
Executivo	36.278	36.156	36.104
Legislativo	289	288	286
Judiciário	6.292	6.288	6.279
MPSC	1.060	1.059	1.055
TCE	442	437	437
Total	44.361	44.228	44.161

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

Tabela 5 – Quantitativo mensal de segurados inativos vinculados ao regime previdenciário SC Seguro, no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão	Outubro	Novembro	Dezembro
Executivo	49.009	49.032	49.061
Legislativo	721	722	721
Judiciário	2.290	2.292	2.295
MPSC	233	233	234
TCE	386	387	387
Total	52.639	52.666	52.698

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

Tabela 6 – Quantitativo mensal de pensionistas vinculados ao regime previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão	Outubro	Novembro	Dezembro
Executivo	9.167	9.186	9.204
Legislativo	353	353	353
Judiciário	482	482	483
MPSC	112	113	113
TCE	105	106	106
Total	10.219	10.240	10.259

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

3.2 Receitas:

As receitas brutas ordinárias vinculadas ao SC Seguro - constituídas pelas contribuições patronais, de segurados ativos e de beneficiários - estão demonstradas na tabela 7.

Além disso, as receitas oriundas das compensações previdenciárias estão na tabela 8.

Tabela 7 - Receitas brutas ordinárias vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro ¹
Contribuições previdenciárias do Executivo	R\$184.054.413,64	R\$182.836.798,27	R\$397.644.608,19
Contribuições previdenciárias do TJSC	R\$43.478.829,51	R\$43.659.281,52	R\$90.047.141,94
Contribuições previdenciárias do TCE	R\$6.237.663,28	R\$6.206.118,81	R\$12.564.659,10
Contribuições previdenciárias do Legislativo	R\$6.418.798,92	R\$6.374.289,72	R\$13.200.665,81
Contribuições previdenciárias do MPSC	R\$13.531.073,10	R\$13.544.801,42	R\$27.551.152,51
Outras receitas	R\$30.358.443,02	R\$31.740.975,18	R\$20.953.857,33
Total	R\$284.079.221,47	R\$284.362.264,92	R\$561.962.084,88

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2025.

Tabela 8 - Relação de valores oriundos de compensação previdenciária no quarto trimestre de 2025.

Valores compensados entre IPREV e o RGPS					
Competência	Proc. Recebidos	Valores Recebidos	Proc. Pagos	Valores Enviados	Saldo
Outubro	7453	7.989.684,43	2894	11.744.092,82	-3.754.408,39
Novembro	7531	22.681.012,89	3000	7.484.732,38	15.196.280,51
Dezembro	7482	5.841.598,51	3160	11.295.040,84	-5.453.442,33
Total	22.466	36.512.295,83	9.054	30.523.866,04	5.988.429,79
Valores compensados entre IPREV e outros Regimes de Previdência					
Competência	Proc. Recebidos	Valores Recebidos	Proc. Pagos	Valores Enviados	Saldo
Outubro	451	362.430,92	1248	1.068.023,34	-705.592,42
Novembro	480	392.225,93	1266	697.075,03	-304.849,10
Dezembro	498	294.162,33	1277	463.378,95	-169.216,62
Total	1429	1.048.819,18	3791	2.228.477,32	-1.179.658,14

Fonte: Elaborado com base nos dados da Diretoria da Previdência e no Relatório de Controle interno, 2025.

¹ Considerando receitas de contribuição incidentes sobre o 13º

3.3 Despesas:

A tabela 9 exibe as despesas do fundo previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Tabela 9 - Despesas vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro ¹
Executivo	R\$530.695.377,81	R\$538.114.451,18	R\$847.618.200,46
Legislativo	R\$29.437.793,22	R\$29.406.601,32	R\$44.082.808,81
Ministério Público	R\$16.823.047,88	R\$16.799.410,21	R\$24.526.525,46
Judiciário	R\$60.399.625,11	R\$68.963.544,48	R\$75.390.744,65
Tribunal de Contas	R\$16.068.950,76	R\$16.036.561,57	R\$25.685.718,81
RPV ²	R\$4.241.103,17	R\$1.968.547,24	R\$1.895.332,34
Extrajudiciais ²	R\$7.006.584,82	R\$6.990.417,16	R\$10.289.520,51
Ipalesc ²	R\$1.072.155,96	R\$1.072.155,96	R\$1.608.233,77
Total	R\$665.744.638,73	R\$679.351.689,12	R\$1.031.097.084,81

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Execução Orçamentária por subação, extraído do SIGEF, 2025.

¹ Considerando 2ª parcela do 13º Salário

² Despesas pagas diretamente pelo Tesouro Estadual

3.4 Insuficiência previdenciária:

A principal característica desse fundo previdenciário é estar constituído sob o regime de repartição simples, no qual as contribuições dos servidores ativos financiam os benefícios pagos a inativos e pensionistas.

Os dados extraídos em junho de 2025 indicam uma razão de servidores ativos para beneficiários de 0,73, o que evidencia a tendência ao déficit atuarial e ao agravamento da insuficiência financeira do regime, além de reforçar a necessidade de cobertura do déficit previdenciário pelo Tesouro do Estado.

Os dados da insuficiência previdenciária estão demonstrados na tabela 10.

Tabela 10 – Dados da insuficiência previdenciária do fundo SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro ¹
Executivo	R\$345.975.926,52	R\$321.580.161,60	R\$442.988.050,63
Legislativo	R\$24.430.855,78	R\$24.360.395,03	R\$36.704.614,06
Ministério Público	-	-	-
Judiciário	-	-	-
Tribunal de Contas	R\$10.394.462,09	R\$13.006.769,04	R\$17.046.632,89
Total	R\$380.801.244,39	R\$358.947.325,67	R\$496.739.297,58

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

¹ Considerando 2ª parcela do 13º Salário

4. SC FUTURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

O SC Futuro constitui um fundo previdenciário estruturado sob o regime de capitalização, instituído pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) em janeiro de 2024, conforme disposto na Lei Complementar nº 848/2023.

Esse fundo tem como finalidade garantir a formação de reservas individuais destinadas ao custeio futuro dos benefícios previdenciários dos servidores que ingressaram no serviço público estadual a partir da referida data, assegurando equilíbrio financeiro e sustentabilidade de longo prazo ao Regime Próprio de Previdência Social.

4.1 Quantitativo de Segurados

A Tabela 11 apresenta o quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Futuro durante o quarto trimestre de 2025, permitindo o acompanhamento evolutivo do número de participantes e a análise do comportamento de ingresso no novo modelo previdenciário estadual.

Tabela 11 - Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Futuro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro
Executivo	5.921	5.999	6.962
Legislativo	36	36	36
Judiciário	535	554	574
Ministério Público	51	53	54
Tribunal de Contas	3	3	3
Total	6.546	6.645	7.629

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

4.2 Receitas:

A Tabela 12 apresenta a discriminação das receitas brutas vinculadas ao fundo previdenciário SC Futuro durante o quarto trimestre de 2025. Essas receitas são compostas, predominantemente, pelas contribuições patronais e contribuições dos segurados ativos, que representam as principais fontes de ingresso do fundo.

Os valores demonstrados possibilitam o monitoramento da arrecadação previdenciária e a avaliação da capacidade de capitalização do SC Futuro, em conformidade com os parâmetros legais e com a Política de Investimentos vigente.

Tabela 12 - Receitas brutas vinculadas ao regime previdenciário SC Futuro no quarto trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro ¹
Contribuições previdenciárias do Executivo	R\$7.821.898,82	R\$7.964.602,69	R\$16.621.022,48
Contribuições previdenciárias do Judiciário	R\$1.195.015,54	R\$1.235.000,32	R\$2.368.637,64
Contribuições previdenciárias do TCE	R\$14.918,18	R\$14.918,18	R\$29.836,36
Contribuições previdenciárias do Legislativo	R\$82.226,16	R\$82.226,16	R\$176.342,40
Contribuições previdenciárias do MPSC	R\$133.578,62	R\$137.083,78	R\$272.364,53
Outras receitas	R\$946.468,85	R\$885.682,22	R\$1.220.708,61
Total	R\$10.194.106,17	R\$10.319.513,35	R\$20.688.912,02

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2025.

4.3 Despesas:

Em razão do curto período de vigência do regime previdenciário SC Futuro, não foram registradas, até o momento, despesas vinculadas ao referido fundo. Considerando a fase inicial de implantação e a natureza de capitalização do modelo, os recursos arrecadados permanecem destinados à formação de reservas financeiras individuais, que serão utilizadas futuramente para o pagamento dos benefícios previdenciários, conforme as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 848/2023 e na Política de Investimentos do RPPS/SC.

¹ Considerando receitas de contribuição incidentes sobre o 13º

5. MILITARES - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Paralelamente ao regime civil administrado pelo IPREV-SC, o estado conta com o Sistema de Proteção Social dos Militares, regulamentado em âmbito nacional pela Lei nº. 13.954/2019 e instituído pela Emenda Constitucional nº 89/2022 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Esse sistema tem como finalidade assegurar benefícios específicos aos militares estaduais, como reforma, pensão militar, assistência à saúde e outras garantias.

Diferentemente do regime civil, o sistema militar possui regras próprias quanto ao tempo de serviço, às hipóteses de reforma por incapacidade e à concessão de pensões. Embora financiado pelas contribuições dos militares ativos, inativos e pensionistas, sua sustentabilidade também depende de aportes do Tesouro Estadual, já que não se estrutura como regime de capitalização, mas sim como um modelo especial de proteção social.

5.1 Quantitativo de segurados

Na tabela 13 temos o quantitativo de segurados militares, separados por Ativos, Inativos e Pensionistas

Tabela 13 – Quantitativo mensal de segurados militares no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativos	11.783	11.755	11.700
Inativos	12.200	12.206	12.243
Pensionistas	3.226	3.227	3.224
Total	27.209	27.188	27.167

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

5.2 Receitas, despesas e insuficiência:

As receitas brutas ordinárias vinculadas aos Militares - constituídas pelas contribuições dos segurados ativos e de beneficiários - destacando que não existe contribuição patronal relativa aos Militares - bem como as despesas estão demonstradas na tabela 14, juntamente com os dados da insuficiência previdenciária.

5.2 Receitas, despesas e insuficiência:

A Tabela 14 apresenta a demonstração das receitas brutas ordinárias vinculadas ao Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Santa Catarina, compostas pelas contribuições dos segurados ativos e dos beneficiários. Ressalta-se que não há contribuição patronal correspondente a este grupo.

Na mesma tabela, são evidenciadas as despesas previdenciárias e o respectivo resultado de insuficiência financeira, possibilitando a análise do equilíbrio entre arrecadação e desembolso do regime militar no quarto trimestre de 2025.

Tabela 14 - Receitas brutas ordinárias vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no quarto trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Outubro	Novembro	Dezembro ¹
Receitas de contribuições	R\$28.547.022,45	R\$28.499.615,59	R\$65.658.110,75
Despesas com benefícios	R\$181.346.429,59	R\$181.212.454,82	R\$294.890.028,29
Insuficiência Financeira	R\$152.760.875,69	R\$152.813.557,90	R\$228.500.267,97

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, Execução orçamentária e relatório contábil de Insuficiência Financeira, extraído do SIGEF, 2025.

¹ Considerando 2ª parcela do 13º Salário

6. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

A Lei nº 9.717, de 27 de fevereiro de 1998, recepcionada pelo art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, até a edição da lei complementar mencionada no art. 40, § 22, da Constituição Federal, estabelece normas gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O art. 1º determina que tais regimes devem observar princípios gerais de contabilidade e atuária, com o objetivo de assegurar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema.

Conforme a legislação vigente, os RPPS devem realizar avaliações atuariais iniciais e periódicas, em cada balanço, utilizando parâmetros gerais definidos para sua estrutura, com a finalidade de revisar o plano de benefícios previdenciários e o plano de custeio.

Para a elaboração do Estudo e Avaliação Atuarial 2025, adotou-se como data-base para a extração dos dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos segurados e beneficiários do RPPS do Estado de Santa Catarina o último dia do mês de setembro do exercício em análise, 30/09/2024, e como data focal o último dia do ano civil, 31/12/2024, em conformidade com a legislação previdenciária aplicável, de modo que as obrigações do Plano de Benefícios terão início no primeiro dia do exercício subsequente.

A Tabela 15a apresenta as projeções atuariais dos planos financeiros e previdenciários para o período de 2021 a 2025, enquanto a Tabela 15b evidencia a evolução atuarial do sistema de proteção dos militares no mesmo intervalo de tempo.

Tabela 15a – Evolução atuarial do RPPS do estado de Santa Catarina no período de 2021 a 2025 (previdenciário e financeiro.)

Ano-Base	2021	2022	2023	2024	2025 - SCFUTURO	2025 - SCSEGURO
Data-Base	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Quantidade de Servidores Ativos	47.625	46.349	48.271	47.598	930	45.422
Remuneração Média (em R\$)	7.420,53	7.748,87	9.324,91	9.673,75	5.354,52	10.153,18
Quantidade de Beneficiários	59.199	61.290	61.918	62.005	0	62
Provento Médio (em R\$)	7.163,41	7.015,65	9.005,99	9.356,13	0	9.549,53
Total de Segurados	106.824	107.639	110.189	109.603	930	45.484
Proporção Ativos/Beneficiários	0,8	0,76	0,78	0,77	0	732,61
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	353.402.702,87	359.152.405,17	450.122.951,77	460.451.152,50	4.979.703,60	461.177.741,96
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	424.066.589,44	429.988.900,17	557.632.918,10	580.126.840,65	0	592.070,86
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	120,00%	119,72%	123,88%	125,99%	0,00%	0,13%
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	97.182.990.771,28	60.014.122.830,78	75.912.191.511,76	81.822.896.268,13	0	82.712.466.825,41
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	102.460.319.113,09	38.073.040.531,48	50.050.606.989,85	55.770.851.404,83	299.176.102,44	50.688.772.392,03
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	199.643.309.884,37	98.087.163.362,26	125.962.798.501,61	137.593.747.672,96	299.176.102,44	133.401.239.217,44
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	53.340.994.285,73	41.351.431.397,20	50.306.748.742,75	53.562.747.672,96	1.127.712.598,24	57.871.902.308,38
Custo VABF (em % da FSF)	374,28%	237,20%	250,39%	247,34%	26,53%	230,51%

Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	30.178.757.683,39	28.954.461.143,22	36.367.126.243,04	37.972.132.395,22	320.179.717,29	34.549.895.818,52
Compensação Financeira (em R\$)	19.964.330.988,44	8.827.844.702,60	10.077.023.863,99	4.499.953.916,66	14.958.804,60	4.395.469.139,30
Déficit/Superávit Base (em R\$)	149.500.221.212,54	60.304.857.516,44	79.518.648.394,58	95.121.661.361,08	35.962.419,45	94.455.874.259,62
Déficit/Superávit Base (% FSF)	280,27%	145,83%	158,07%	177,59%	3,19%	163,22%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	28,00%	28,00%	28,00%	28,00%	14,00%	28,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Repartição
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2018 Separada por Sexo	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,03% ao ano	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano	1,95% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	0,00% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	100%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial, 2025.

Tabela 15b – Evolução atuarial do RPPS do estado de Santa Catarina no período de 2021 a 2025 (Militares).

Ano-Base	2021	2022	2023	2024	2025 - SCFUTURO
Data-Base	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Quantidade de Servidores Ativos	12.903	12.747	12.313	12.059	12.301
Remuneração Média (em R\$)	7.282,23	7.103,82	9.415,56	9.509,97	9.637,56
Quantidade de Beneficiários	15.556	14.281	14.609	14.946	15.129
Provento Médio (em R\$)	8.585,00	8.590,85	10.787,27	10.860,98	10.934,17
Total de Segurados	28.459	27.028	26.922	27.005	27.430
Proporção Ativos/Beneficiários	0,83	0,89	0,84	0,81	0,81
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	93.962.613,69	90.552.393,54	115.933.790,28	115.657.507,23	118.551.625,56
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	125.770.260,00	122.685.923,05	157.591.227,43	162.328.162,98	165.423.074,05
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	133,85%	135,49%	135,93%	140,35%	139,54%
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	35.437.476.505,20	20.152.709.244,39	25.230.339.589,64	27.535.346.536,69	27.764.855.327,00
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	43.537.013.687,51	11.613.689.878,94	14.586.786.516,24	16.033.826.576,44	16.478.844.375,11
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	78.974.490.192,71	31.766.399.123,33	39.817.126.105,88	43.569.173.113,13	44.243.699.702,11
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	22.415.759.438,61	13.444.852.481,27	16.839.932.194,26	17.208.786.845,78	17.545.905.666,29
Custo VABF (em % da FSF)	352,32%	236,27%	236,44%	253,18%	252,16%

Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	10.645.976.197,23	4.747.181.409,79	5.948.991.136,08	5.502.226.744,82	6.136.990.501,96
Compensação Financeira (em R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit/Superávit Base (em R\$)	68.328.513.995,48	27.019.217.713,54	33.868.134.969,80	38.066.946.368,31	38.106.709.200,15
Déficit/Superávit Base (% FSF)	86,52%	85,06%	85,06%	87,37%	86,13%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2018 Separada por Sexo	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,03% ao ano	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	0,00% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	100%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial, 2025.

7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

7.1 Carteira de investimentos

No quarto trimestre de 2025, os ativos da carteira de investimentos consolidada, apresentaram uma rentabilidade (retorno trimestral) de 3,65%. A rentabilidade da carteira consolidada nos meses de julho, agosto e setembro, assim como o retorno no trimestre foram representados na tabela 16.

Tabela 16 – Rentabilidade da carteira consolidada nos meses de abril, maio e junho

Mês	Rentabilidade	Meta (INPC + 4,50%)
Outubro	1,26	0,43
Novembro	1,04	0,36
Dezembro	1,20	0,60
Retorno Trimestral/Meta Acumulada	3,50	1,39

Fonte: Elaborado com base no Relatório Mensal dos Investimentos da LDB, 2025

7.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do RPPS/SC permanece em conformidade com as políticas internas vigentes, além de manter a observância dos normativos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Ministério da Previdência Social, dentre os quais a Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme disposto no Relatório de Gestão de Risco e de Diligências referente a junho de 2025.

De acordo com a conclusão do referido relatório, cujo objetivo é verificar o cumprimento dos procedimentos de avaliação, mensuração, controle e monitoramento dos riscos aos quais os recursos estão expostos, constatou-se a adequação e/ou mitigação dos principais riscos — de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, de terceirização e sistêmico — aos limites estabelecidos na Política de Investimentos para o exercício de 2025.

7.2.1 Risco de mercado

Ao analisar a ferramenta estatística VaR (*Value at Risk*) na tabela 17b, empregada no gerenciamento de risco do RPPS, constata-se que os índices estão de acordo com os parâmetros estabelecidos na Política de investimentos de 2025 (tabela 17a) e, por conseguinte, que a volatilidade da carteira está controlada.

Tabela 17a – Parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos de 2025 para a ferramenta estatística *VaR*

Estrutura	Benchmark	VaR / B-VaR	Limite
Consolidado	INPC + 4,50% a.a.	<i>VaR</i>	5,00%
Segmento Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	<i>VaR</i>	5,00%
Segmento Renda Variável	IBrX-100	<i>VaR</i>	12,00%
Segmento Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	<i>VaR</i>	11,00%
Segmento Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	<i>VaR</i>	8,00%
Segmento Exterior	MSCI Global (BRL)	<i>VaR</i>	15,00%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Tabela 17b – Estatísticas do *VaR* (*Value at Risk*) atribuídos aos ativos da carteira de investimentos em 31/12/2025.

Ativo	VaR	Valor	Carteira
Artigo 7º			
ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO	0,41	R\$ 752.476.300,67	100,00%
Renda Fixa			
Artigo 7º, I, Alínea b			
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESP LIMITADA	0,41	R\$ 35.597.473,17	4,73%
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESP LIMITADA	0,41	R\$ 711.931.320,84	94,61%
Sub-total	0,41	R\$ 747.528.794,01	99,34%
Artigo 7º, III, Alínea a			
BB PREV RF FLUXO FIC	0,38	R\$ 4.947.506,66	0,66%
Sub-total	0,38	R\$ 4.947.506,66	0,66%

Fonte: LDB Consultoria, 2025.

7.2.2 Risco de crédito

Sob o método quantitativo adotado, que aborda de forma métrica os ratings atribuídos pelas agências classificadoras de crédito que operam no Brasil (tabela 19), os riscos foram controlados tanto para os recursos garantidores (tabela 18) - o que mitiga a exposição ao risco de ativos não qualificados – quanto para os efeitos de setores específicos da economia (tabela 20).

Tabela 18 – Limites para controle do risco de crédito em relação recursos garantidores

Categoria de Risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

Fonte: Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Tabela 19 – Ratings atribuídos por agências classificadoras de risco de crédito

Tabela de Ratings						
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	AAA br	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra) AA (bra) AA- (bra)	brAA+ brAA brAA-	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
3	A+ (bra) A (bra) A- (bra)	brAA+ brAA brAA	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
4	BBB+ (bra) BBB (bra) BBB- (bra)	brBBB+ brBBB brBBB-	BBB+ br BBB br BBB- br	BBB+ BBB BBB-	brBBB+ brBBB brBBB-	Especulativo
5	BB+ (bra) BB (bra) BB- (bra)	brBB+ brBB brBB-	BB+ br BB br BB- br	BB+ BB BB-	brBB+ brBB brBB-	
6	B+ (bra) B (bra) B- (bra)	brB+ brB brB-	B+ br B br B- br	B+ B B-	brB+ brB brB-	
7	CCC (bra) CC (bra) C (bra)	brCCC brCC brC	CCC br CC br C br	CCC CC C	brCCC brCC brC	
8	D (bra)	brD	D br	D	brD	

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Tabela 20 – Limites estabelecidos para controle do risco de crédito setorial.

Tipo de Crédito	Controle Individual	Controle Setorial
Financeiro	10%	20%
Corporativo	5%	10%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

7.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez, aferido pelo percentual da carteira que pode ser negociada em determinado prazo (tabela 21), também está inserido nos limites estipulados para o exercício. Tal composição indica que há menor propensão de perdas financeiras decorrentes da subprecificação dos papéis nas operações.

Tabela 21 – Limites estabelecidos para controle do risco de liquidez.

Horizonte	Percentual Mínimo da Carteira
De 0 a 21 dias úteis	10%
Até 252 dias úteis	20%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

7.2.4 Risco operacional

A avaliação do risco operacional está, na metodologia adotada, condicionada às obtenções das certificações profissionais pelos membros do comitê de investimentos, exibidas na tabela 25.

A exigência de tais capacitações dos integrantes do processo decisório reforça a busca pela adequação a normas e procedimentos de controle interno. Logo, verifica-se, pelo método empregado, que a administração do risco operacional atende às demandas normativas e à Política de Investimentos de 2025.

7.2.5 Risco de terceirização

O risco de terceirização, ou seja, a possibilidade de que os investimentos sejam geridos por outras entidades prestadoras de serviços, é repellido em virtude de, até o momento, os recursos do RPPS serem integralmente administrados pelo IPREV/SC.

7.2.6 Risco legal

Os esforços para atender às exigências normativas, o que inclui o aprimoramento das atividades de compliance e a contratação pontual de entidades especializadas em monitoramento de riscos jurídicos em investimentos, têm contribuído para prevenir potenciais perdas associadas a eventos judiciais. Dessa forma, considera-se, pela manutenção de tais medidas, o risco legal minimizado.

7.2.7. Risco sistêmico

Apesar das incertezas relacionadas à referida análise, o acompanhamento constante do cenário macroeconômico e doméstico, através do mapeamento de fatores que possam levar ao colapso do sistema financeiro, auxiliam a previsão e o gerenciamento desse tipo de risco.

Além disso, indicadores como VaR e Stress da carteira consolidada permitem estimar a volatilidade do mercado. Logo, tal monitoramento, associado à composição majoritária da carteira consolidada em títulos públicos federais, além de observados os limites legais para fundo emissor ou fator de risco, indicam que o risco sistêmico está mitigado.

8. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Atualmente, o IPREV-SC conta com quatro órgãos colegiados: o Conselho de Administração (CONAD), o Conselho Fiscal (COFIS), a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos.

8.1. Conselho de Administração (CONAD)

O CONAD é o órgão superior responsável pela deliberação e orientação do RPPS/SC, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 412/2008. Cabe a ele definir a política geral de administração do IPREV e do regime. A composição do Conselho para o exercício de 2025 encontra-se apresentada na Tabela 22.

8.1.1 Composição

Tabela 22 – Composição do Conselho de Administração para o exercício de 2025

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Vânio Boing				Membro Nato
Julie Anne Saut	CP RPPS CODEL I	28/09/2022	28/09/2026	Presidente
Kliwer Schmitt				Vice-Presidente
Zélia Wesendonck Bunn	CP RPPS CODEL I	03/04/2024	03/04/2028	Secretária
Gustavo Lima Tenguan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Titular
Abelardo Osni Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Titular
Giovanna Silveira da Silva	CP RPPS CODEL I	12/09/2022	12/09/2026	Titular
Rodolfo Cezar R. da Silva T.				Titular
Victor Inácio Kist	CP RPPS CODEL I	07/12/2023	07/12/2027	Titular
Diego Vieira de Souza				Titular
Joffre Wendhausen Valente	CP RPPS CODEL I	08/12/2023	08/12/2027	Titular
Dijalma Antônio da Silva	CP RPPS CODEL I	06/05/2024	06/05/2028	Titular
Arthur Alexandre Castro	CP RPPS CODEL I	14/11/2023	14/11/2027	Titular
Ana Maria Duarte	CP RPPS CODEL I	27/03/2024	27/03/2028	Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

8.1.2 Resumo das atas

Ata nº 164 – 30/10/2025:

- Aprovação da ata anterior (09/09/2025);
- Informes gerais: Realização e presenças no II Seminário IPREV de Previdência e evento comemorativo ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, realizados pelo IPREV nos dias 18 e 22/10/2025;
- IPREV: considerações sobre os mencionados eventos, mais o evento comemorativo ao Dia do Servidor Público, com a entrega da medalha do mérito funcional;
- Processo IPREV 8155/2024 - Aquisição de imóveis de propriedade do IPREV, processo permanece no aguardo de resposta do Ministério da Previdência à consulta efetuada pelo IPREV;
- Processo IPREV 8166/2025 - Política de Investimentos do IPREV/SC para 2026, Fundo SC Futuro, com deliberação de aprovação por unanimidade;
- Processo IPREV 8161/2025 - Política de Investimentos do IPREV/SC para 2026, Fundo SC Seguro, com deliberação de aprovação por unanimidade, com expressa recomendação ao IPREV de que todos os membros do Comitê de Investimentos possuam a certificação profissional;
- Referendo da Resolução CA/RPPS/SC nº 8 de 2025, determinando-se a sua republicação;
- Próxima reunião: 25/11/2025.

Ata nº 165 – 25/11/2025:

- Aprovação da ata anterior (30/10/2025);
- Informes gerais: Realização de auditoria para a certificação do institucional do IPREV no programa Pró-Gestão, do Ministério da Previdência, nos dias 17 e 18/11/2025;
- IPREV: Certificação institucional do IPREV/SC no programa Pró-Gestão RPPS, nível IV, do Ministério da Previdência, sendo que o parecer da referida auditoria recomendou a certificação institucional do IPREV no seu nível máximo: IV;
- Processo IPREV 8155/2024 - Aquisição de imóveis de propriedade do IPREV, processo permanece no aguardo de resposta do Ministério da Previdência à consulta efetuada pelo IPREV, com aprovação, por maioria, do voto-vista do conselheiro Dijalma Antonio da Silva;
- Próxima reunião: 01/12/2025.

Ata nº 166 – 01/12/2025:

- Aprovação da ata anterior (25/11/2025);
- Informes gerais: Certificação institucional Pró-Gestão nível IV do Ministério da Previdência e Audiência Pública do IPREV/SC realizada em 26/11/2025;
- IPREV: 83a Reunião Ordinária do CONAPREV e Certificação institucional do IPREV/SC no programa Pró-Gestão RPPS, nível IV, do Ministério da Previdência;
- Aprovado por unanimidade o cronograma anual de sessões ordinárias para o exercício de 2026;
- Próxima reunião: 27/01/2026.

8.2. Conselho Fiscal

8.2.1 Composição

Órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira e patrimonial do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 23.

Tabela 23 – Composição do Conselho Fiscal para o exercício de 2025.

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Marcos Felipe	CP RPPS COFIS I	02/01/2023	02/01/2027	Presidente
Paulo H. R. Faria Júnior				Vice-Presidente
Dagmar Diana Fava	CP RPPS COFIS I	06/10/2023	06/10/2027	Secretária
Angela R. dos Santos Eickhoff	CP RPPS COFIS I	29/12/2022	29/12/2026	Titular
Raquel S. R. da Silva				Titular
Eduardo Cardoso Silva				Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

8.2.2 Resumo das atas

Ata nº 171 – 13/10/2025:

- Aprovação da ata anterior;
- Apresentação da Proposta Orçamentária UG 470022, aprovada no Conselho de Administração, sob o registro IPREV 5797/2025;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de AGOSTO/2025, da Unidade Gestora - IPREV–SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de SETEMBRO/2025, da Unidade Gestora - IPREV–SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;

Ata nº 172 – 19/11/2025:

- Aprovação da ata anterior;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de OUTUBRO/2025, da Unidade Gestora - IPREV–SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;

Ata nº 173 – 17/12/2025:

- Aprovação da ata anterior;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de NOVEMBRO/2025, da Unidade Gestora - IPREV–SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;
- Apresentação da Proposta de Plano de Trabalho do Conselho Fiscal Exercício 2026, aprovada por unanimidade;
- Designação do relator Eduardo Cardoso Silva para elaboração do Parecer Anual das Contas de 2025;

.

8.3 Diretoria Executiva do IPREV

Órgão responsável pela gestão técnica e operacional do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 24.

8.3.1 Composição

Tabela 24 – Composição da Diretoria Executiva para o exercício de 2025.

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Mauro Luiz de Oliveira	CP RPPS DIRIG I	13/07/2024	17/07/2028	Presidente
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Diretor Adm. e Financeiro
Gustavo Lima Tenguan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Diretor Jurídico
Liamara Meneghetti				Diretora de Previdência
Yuri Carioni Engelke				Diretor de Investimentos

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

8.3.2 Resumo das atas

Ata nº 30 – 05/11/2025

1. Audiência Pública – Pró-Gestão:

- Definição de estratégias para realização de Audiência Pública como requisito do Pró-Gestão, com ajustes na apresentação institucional. Data definida: 26/11/2025, com participação de toda a Diretoria.

2. Cálculo de Contribuições Previdenciárias – SIGRH:

- Identificação de inconsistências nos cálculos de contribuições (especialmente pensões pós-LCE 773/2021), com necessidade de alinhamento junto à Secretaria de Administração (SEA).

3. Carência de Pessoal:

- Discussão sobre remanejamento interno, solicitação de 15 novos servidores do concurso vigente e proposta de transferência da Central de Atendimento para o térreo da sede.

4. Demandas de Órgãos de Controle:

- Reforço quanto ao atendimento célere às demandas da UCI/IPREV e órgãos fiscalizadores como TCE/SC, CGE/SC, MP e TJ.

5. Assuntos Gerais:

- Registro de eventos institucionais, comunicação de férias do Presidente, estudos sobre pagamentos pós-óbito, participação em eventos externos, atenção ao envio da folha ao TCE e providências relacionadas à guarda documental.

Ata nº 31 – 19/12/2025

1. Agradecimentos:

- Registro de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em 2025 e votos de boas festas.

2. Alienação de Imóveis:

- Deliberação do CONAD autorizando a venda de imóveis desocupados ou a desocupar, com continuidade das análises em 2026.

3. Pagamento de Aluguel pela Unidade Gestora:

- Definição para que, a partir de 2026, a Unidade Gestora pague aluguel do imóvel sede ao Fundo SC Seguro, com necessidade de análise jurídica e formalização contratual.

4. Certificação Pró-Gestão – Nível IV:

- Registro da elevação do RPPS/SC ao Nível IV do Pró-Gestão e compromisso de manutenção em 2026.

5. Planejamento Estratégico 2026:

- Proposta de elaboração de Plano de Ação para 2026, com definição de metas por Diretoria, destacando o SISPREV WEB como prioridade.

8.4 Comitê de Investimentos

Órgão técnico de apoio à gestão da carteira de investimentos do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 25.

8.4.1 Composição

Tabela 25 – Composição do Comitê de Investimentos para o exercício de 2025.

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS CGINV I	13/01/2023	13/01/2027	Titular
Aliceana A. Graciosa	CP RPPS CGINV I	28/12/2023	28/12/2027	Titular
Jean Jacques D. Braun	CP RPPS CGINV I	13/09/2023	13/09/2027	Titular
Yuri Carioni Engelke	CP RPPS CGINV I	19/12/2023	19/12/2027	Titular
Saulo Rodolfo Vidal				Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

8.4.2 Resumo das atas:

Reunião – 28/10/2025

- Posição da carteira em SETEMBRO/2025;
- Cenários Macroeconômicos;
- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS/SC de SETEMBRO de 2025, aprovado por unanimidade.

Reunião – 25/11/2025

- Posição da carteira em OUTUBRO/2025;
- Cenários Macroeconômicos;
- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS/SC de OUTUBRO de 2025, aprovado por unanimidade.
- Análise da minuta do Decreto Lei que altera o Decreto de criação do Comitê de Investimentos do RPPS/SC;
- Deliberação acerca da reunião de dezembro/2025, em 09/12/2025.

Reunião – 09/12/2025

- Posição da carteira em NOVEMBRO/2025;
- Cenários Macroeconômicos;

9. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

No quarto trimestre de 2025, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) intensificou suas ações de qualificação, governança, inovação administrativa e valorização de servidores, consolidando-se como uma instituição comprometida com a sustentabilidade previdenciária e o atendimento humanizado.

9.1 Gestão de pessoas

O aprimoramento contínuo dos servidores no último trimestre do ano se destacou na forma de ações voltadas a valorização funcional, otimização tecnológica e atualizações formais.

No dia 29/10, em evento de celebração alusiva ao dia do Servidor Público, foi realizada a Palestra Legado: Futuro e Qualidade de Vida, na qual foram abordados temas como o equilíbrio entre vida pessoal e a funcional, as diversas perspectivas sobre o significado do trabalho, mudanças no ciclo de vida, longevidade e a importância do planejamento de vida antes e após aposentadoria.

Em dezembro, nos dias 01 e 02, o IPREV promoveu para seus servidores Workshop com o tema: Inteligência Artificial no Setor Público. A capacitação, realizada pela ENA – Fundação Escola de Governo de Santa Catarina, em dois encontros ao vivo em ambiente virtual de aprendizado, tratou de conceitos básicos sobre Inteligência Artificial e suas ferramentas, aplicações que vem sendo implementadas na administração pública, ética e limites de uso das ferramentas.

Ainda em dezembro, no dia 05, no auditório do prédio sede, o IPREV promoveu a seus servidores, com realização da ENA – Fundação Escola de Governo de Santa Catarina, Palestra sobre Redação Oficial e atualizações na comunicação do Governo de Santa Catarina, oportunizando o conhecimento de novas diretrizes de escrita, estruturação de conteúdo e fluxo de comunicação interna e externa.

9.2 Desenvolvimento organizacional e responsabilidade social

No mês de novembro de 2025 foi realizada a auditoria de certificação no programa pró gestão RPPS do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. A auditoria ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro de 2025, com a visita dos auditores da empresa certificadora ICQ Brasil, responsáveis pelo processo de auditoria do Programa Pró-Gestão do RPPS de Santa Catarina.

As atividades foram concluídas no final da tarde do dia 18 com a reunião de encerramento, onde foi apresentado o parecer final e a recomendação do nível máximo de certificação do Programa, o nível IV.

O IPREV segue comprometido com a transparência, a eficiência e a melhoria contínua dos processos, e reforça a atuação e dedicação de todos os servidores que juntos contribuem para a elevação do nível de certificação de nosso Instituto, transformando-nos em referência nacional em RPPS.

9.3 Educação Previdenciária

A educação previdenciária abrange o conjunto de iniciativas de capacitação, qualificação, treinamento e formação direcionadas aos servidores do IPREV, conselheiros, gestores, demais trabalhadores vinculados ao IPREV, bem como segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil. Essas iniciativas abordam temas como a compreensão do direito à previdência social e seu papel como política pública, além de aspectos relacionados à gestão, governança e controles do RPPS, tais como administração de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças e estruturas de controle interno e externo, entre outros.

A educação previdenciária também inclui a divulgação dos resultados da gestão do RPPS para os diversos órgãos e entidades do governo do ente federativo, instituições públicas e privadas e para a sociedade em geral. Adicionalmente, estão englobadas nesse conceito ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados, como promoção da saúde, prevenção de doenças, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida pós-aposentadoria e envelhecimento ativo.

Com a referência do Pró-gestão para boas práticas em educação previdenciária, o IPREV está organizando as iniciativas em dois eixos: “capacitação” e “diálogos com os segurados e com a sociedade”. O primeiro eixo tem como público-alvo gestores, conselheiros, servidores IPREV e demais colaboradores vinculados ao IPREV. O eixo “diálogos com os segurados e com a sociedade” contempla segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil.

9.3.1 Capacitação

Em conformidade com a Política Estadual de Desenvolvimento do Servidor, prevista no Decreto nº 1.386/2021 e na Instrução Normativa SEA nº 20/2022 da Secretaria de Estado da Administração, o IPREV desenvolveu, em 2024, o Plano de Desenvolvimento dos Servidores (PDS) a ser executado no ano de 2025. O PDS prevê ações de capacitações promovidas pelo IPREV, por Escolas oficiais de Governo, como a ENA e ENAP, e demais promotores de eventos nas áreas de interesse e atuação. No último trimestre de 2025, além das ações já citadas no item 9.1, se destaca a presença de servidores e conselheiros em importantes eventos ligados aos RPPS.

Nos dias 02 e 03/10, servidora do IPREV esteve presente no XIX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), em Brasília/DF. O consolidado evento da área jurídica trouxe debates sobre novos riscos, inovação tecnológica e reestruturação das Políticas Previdenciárias. Já em novembro, do dia 10 ao 13. Servidor do IPREV teve participação no Seminário sobre Certidões de Tempo de Contribuição (CTC) e Compensação Previdenciária, organizado pela Priori, em João Pessoa/PB. Com módulos teóricos e oficinas práticas, o curso abordou temas essenciais à gestão previdenciária no serviço público, tais como averbação de CTC, fluxos de processos de Compensação Previdenciária e Cálculos de Tempos Concomitantes.

De 10 a 12 de dezembro, em Recife/PE, foi a vez do IPREV ser representado. pelos Conselheiros do Conselho Fiscal e de Administração do RPPS/SC, que estiveram presentes no 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, promovido e realizado pela ABIPEM, em Recife/PE. O evento abordou as temáticas mais pertinentes dos RPPS tais como investimentos, governança, benefícios previdenciários e atuária, capacitando os conselheiros para atuarem com segurança, excelência e promovendo a boa governança.

9.3.2 Diálogo com os segurados

O fortalecimento do vínculo entre o IPREV e seus segurados prosseguiu no quarto trimestre do ano. Além da atualização, neste ano, da Cartilha Previdenciária e dos Manuais de Aposentadorias e Pensões, dando continuidade ao Programa de Educação Previdenciária, no qual são apresentadas informações e orientações para aposentados, pensionistas, servidores e qualquer cidadão interessado, foram publicados nos canais oficiais de comunicação do IPREV, vídeos que visam sanar dúvidas frequentes sobre previdência social, assim como a divulgação de informações úteis nos assuntos relacionados.

Além disso, em novembro, o IPREV passou a contar com novo canal para o atendimento exclusivo dos pensionistas, através do WhatsApp Gepen IPREV (48-3665-9856), dando agilidade tornando o atendimento mais humanizado e eficiente. Outro destaque foi o evento Comemorativo ao Dia da Pessoa Idosa, realizado no dia 22/10. Foram apresentadas Palestras voltadas aos aposentados, pensionistas e pessoas idosas de modo geral, tratando de temas como qualidade de vida e envelhecer bem. O evento ainda contou com dinâmicas interativas e programação musical e cultural.

Ainda no âmbito do Diálogo com os Segurados, objetivando transparência ativa e clareza nas informações da Gestão Previdenciária, no dia 26/12/2025, o IPREV realizou Audiência Pública sobre o RPPS/SC, a qual teve a seguinte pauta:

- Estrutura da unidade Gestora do RPPS-SC;
- Relatório de Governança;
- Resultados da Política de Investimentos;
- Avaliação Atuarial de 2025.

A Audiência teve participação dos interessados de forma presencial, na sede do IPREV e de forma virtual, através de transmissão ao vivo por videoconferência. A realização reafirma o compromisso de colocar a sociedade em participação ativa quanto ao planejamento e decisões que afetam a previdência social.

9.4 Controle Interno

As atividades de controle interno no período foram apresentadas na última edição do Relatório Trimestral de Controle Interno e Ouvidoria.

9.5 Jurídico

Os dados referentes às atividades do setor do contencioso judicial e administrativo no período foram dispostos respectivamente nas tabela 27 e 28.

Tabela 27 – Dados analíticos do setor do contencioso administrativo no quarto trimestre de 2025.

Consultas recebidas e respondidas				
Mês	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Consultas recebidas	64	61	33	158
Consultas respondidas	54	53	55	162
Segmentação das consultas respondidas				
Mês	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Manifestações jurídicas	43	53	55	151
Notícias-crime	11	0	0	11

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Administrativo, 2025.

Tabela 28 – Dados analíticos do setor do contencioso judicial no quarto trimestre de 2025.

Núcleo de Conhecimento				
Mês	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Pendências distribuídas	1.883	1.591	1.204	4.678
Pendências finalizadas	1.404	1.095	724	3.223
Documentos produzidos	1.554	1.525	875	3.954
Estoque de pendências	479	496	480	1.455
Processos novos originários	234	250	219	703
Núcleo de Execuções/Cumprimento				
Mês	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Pendências distribuídas	3.514	2.845	2.036	8.395
Pendências finalizadas	2.504	2.040	1.362	5.906
Documentos produzidos	4.334	2.995	1.731	9.060
Estoque de pendências	1.010	805	674	2.489
Processos novos originários	73	24	27	124

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Judicial, 2025.

10. CANAIS DE ATENDIMENTO

O organograma do IPREV/SC inclui a Gerência de Atendimento (GERAT), subordinada à Diretoria de Previdência, com foco no atendimento aos segurados, dependentes e beneficiários do RPPS/SC.

À GERAT compete receber e encaminhar as demandas dos segurados por meio da Central de Atendimento, criada com o objetivo de concentrar todas as solicitações em um único canal, garantindo orientação adequada, instrução processual correta e tramitação eficiente, além de uniformizar as informações fornecidas aos usuários.

A Central de Atendimento dispõe de um sistema multicanal, permitindo contato por telefone, WhatsApp, chat, e-mail, vídeo chamada agendada para atendimento personalizado e atendimento presencial. Na Tabela 29, estão apresentados os prazos de resposta praticados pela Central.

Tabela 29 – Prazos para resposta pela Central de Atendimento.

	Canal	Prazo Previsto	Automação
	Telefone	Imediato se atendente disponível	Menu serviços por tipo de usuário
	WhatsApp	Em até 6 horas	Respostas automáticas
	Chatbot	Em até 6 horas	Respostas automáticas
	E-mail	Em até 10 dias	Respostas automáticas com menu de orientações

Fonte: IPREV, 2025.

Formas de Contato da Central de Atendimento

- Telefone e WhatsApp: (48) 3665-4600
- Atendimento online: por meio do ícone verde localizado no canto inferior direito do site do IPREV
- E-mail: iprev@iprev.sc.gov.br
- Atendimento presencial: Rua Visconde de Ouro Preto, 267 – Centro, Florianópolis
- Horário: segunda a sexta-feira, das 13h às 18h

Na Tabela 30, são apresentados os totais de atendimentos realizados pela GERAT durante o quarto trimestre de 2025.

Tabela 30 – Atendimentos realizados pela GERAT no quarto trimestre de 2025.

Assunto	Outubro	Novembro	Dezembro
APOSENTADO – REDUÇÃO DE CONTRIB. PREVI.	2	1	0
APOSENTADO- CONSULTA DE PROCESSO	2	3	2
APOSENTADO - REVISÃO DE PROVENTOS	1	0	0
APOSENTADO – ORIENTAÇÕES GERAIS	10	2	3
APOSENTADO - EMISSÃO DE CONTRACHEQUE	0	3	5
APOSENTADO – OUTROS	13	9	5
SERVIDOR – ORIENTAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS	1	0	0
SERVIDOR – DOCS (CTC)	0	0	0
SERVIDOR – OUTROS	0	1	0
PROCURADOR - REQUERIMENTO DE PENSÃO	4	0	0
PROCURADOR – INSTRUÇÃO DE PROCESSO	0	2	1
PROCURADOR – CONSULTA DE PROCESSO	7	8	2
PROCURADOR – QUESTIONAMENTO/DUVIDA	1	1	1
PROCURADOR – APRESENTAÇÃO DE DOCS	0	0	1
PROCURADOR- EMISSÃO DE CONTRACHEQUE	0	3	0
PROCURADOR – SOLICITAÇÃO DE DOCS	1	0	1
PROCURADOR – AGEND. DE ATEND. PRESENC./ONLINE	0	0	0
PROCURADOR – OUTROS	3	1	2
PENSIONISTA – REQUERIMENTO DE PENSÃO	11	18	12
PENSIONISTA – REAJUSTE/REVISÃO/RECALCULO	6	2	4
PENSIONISTA – ISENÇÃO DE IRP E CONTRIB. PREVI.	6	7	9
PENSIONISTA – VALORES PENDENTES	1	0	0
PENSIONISTA – CONSULTA DE PROCESSO	15	13	9
PENSIONISTA – CERTI. DE DEPENDENTES HABILITADOS	1	3	3
PENSIONISTA – ALTERAÇÃO DE SENHA	13	3	10
PENSIONISTA – ALTERAÇÃO DE CONTA BANCARIA	0	0	0
PENSIONISTA – ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO	0	0	0

(Continua)

Assunto	Outubro	Novembro	Dezembro
PENSIONISTA – EMISSÃO DE CONTRACHEQUE	123	88	
PENSIONISTA – EMISSÃO DE FICHA FINANC.	4	4	
PENSIONISTA – COMUNICAÇÃO DE OBITO DO PENSIONISTA	9	0	2
PENSIONISTA – COMUNICAÇÃO DE CASAMENTO DO PENSIONISTA	0	0	
PENSIONISTA – DÚVIDAS SC SAÚDE	0	0	
PENSIONISTA – PROVA DE VIDA/ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	0	1	
PENSIONISTA – OUTROS	4	6	4
REPRESENTANTE - CONSULTA DE PROCESSO	0	0	
ATENDIMENTO AGENDADO	25	9	9
OUTROS - EMISSÃO DE FICHA FINANCEIRA	12	6	
OUTROS - EMISSÃO DE COMPROVANTE DE RENDIMENTOS	1	0	
OUTROS - OUTROS	0	0	
OUTROS - VALORES PENDENTES	0	0	
TELEFONE	0	0	
EMAILS	0	0	
CHAT/WHATSAPP	1	3	
DEMANDA CTC/GCOMP (PROCESSOS SGPE)	0	0	
AR	0	2	
SGPE - Protocolo Digital	0	6	4
Total	1900	1704	1722

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência de Atendimento, 2025.

11. OUVIDORIA

A ouvidoria pública é uma instância de controle e participação social, responsável por interagir com os usuários com o objetivo de aprimorar a gestão pública, melhorar os serviços e políticas públicas oferecidas, garantir o acesso à informação e promover a transparência de forma proativa e espontânea. Isso é feito em uma linguagem clara e de fácil entendimento, criando condições e mecanismos para o exercício do controle social.

10.1 Papel da ouvidoria

Além de suas atribuições relacionadas ao controle, as ouvidorias também exercem uma função pedagógica, atuando de forma informativa e educativa. Ao fornecerem aos usuários maior conhecimento sobre seus direitos e deveres, contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica e para o fortalecimento da autonomia cidadã. Quanto mais o usuário participa, mais capacitado se torna para exercer esse papel de forma ativa e qualificada. Por meio do canal da ouvidoria, os usuários dos serviços públicos do Poder Executivo Estadual têm a oportunidade de registrar manifestações, expressar seus pontos de vista e contribuir diretamente para o aprimoramento da gestão pública.

10.2 Estrutura e funcionamento

A Unidade de Controle Interno e a Ouvidoria atuam de forma integrada no recebimento, tratamento e encaminhamento das manifestações registradas por meio do canal de ouvidoria. Cabe a essas unidades o monitoramento dos prazos de resposta por parte das diretorias e gerências envolvidas, assegurando o retorno adequado e tempestivo ao cidadão. A Ouvidoria exerce o papel de agente mediadora entre a sociedade e o IPREV, zelando pela confidencialidade das informações e adotando as salvaguardas necessárias para proteger a identidade dos denunciantes, prevenindo qualquer forma de retaliação ou exposição indevida.

10.3 Formas de contato com a Ouvidoria-Geral do Estado de Santa Catarina

- I. Portal da Ouvidoria: Por meio do Portal da Ouvidoria do Estado de Santa Catarina, os usuários podem registrar suas manifestações de forma online e acompanhar o andamento das respostas.
- II. Telefone: Os cidadãos podem ligar para a ouvidoria pelo número 0800-644-8500 para registrar suas manifestações.
- III. E-mail: Os usuários podem enviar e-mails com suas manifestações para ouvidoria@sc.gov.br.
- IV. Aplicativo de Ouvidoria: A Ouvidoria disponibiliza um aplicativo móvel, permitindo que os usuários registrem suas manifestações de qualquer lugar e acompanhem suas respostas em tempo real.